



**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

ATA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho do Conselho Pleno

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se, presencialmente, no edifício sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal, e, virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão Ordinária de Trabalho do Conselho Pleno – CP, com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Celso Niskier, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão Dias Vieira, Héleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Henrique Sartori de Almeida Prado, Israel Matos Batista, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Leila Soares de Souza Perussolo, Luciane Bisognin Ceretta, Ludhmila Abrahão Hajjar, Márcia Teixeira Sebastiani, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Maria Paula Dallari Bucci, Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Mauro Luiz Rabelo, Otávio Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti, e virtualmente, os Conselheiros André Guilherme Lemos Jorge, Givânia Maria da Silva, Ilona Maria Lustosa Bécskeházy Ferrão de Sousa e Mônica Sapucaia Machado. O Presidente do CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, iniciou a Sessão dando as boas-vindas a todos os presentes e, após apresentar os Conselheiros do CNE, agradeceu a presença dos convidados, os Secretários Leonardo Osvaldo Barchini Rosa, Secretário-Executivo do Ministério da Educação – SE/MEC; Marcelo Bregagnoli, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC; Marta Wendel Abramo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – Seres/MEC; Zara Figueiredo Tripodi, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – Secadi/MEC; o Procurador Rodolfo de Carvalho Cabral, da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação – Conjur/MEC, e do Ministro de Estado da Educação Camilo Sobreira de Santana que, cumprimentando a todos, agradeceu a oportunidade de participar da primeira Reunião de Trabalho do Conselho Pleno - CP, salientando o importante papel que o CNE desempenha no fortalecimento das políticas educacionais do país, destacando-se como um espaço de excelência e polaridade para a formulação de diretrizes que impactam toda a sociedade. Em seguida, relatou o reconhecimento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acerca da dedicação e disponibilidade dos Conselheiros na contribuição em enfrentar desafios e em avançar em pautas urgentes da educação brasileira. Salientou que a parceria entre o MEC e o CNE tem sido fundamental para alinhar ações e prioridades que promovam a equidade de oportunidades e assegurem o acesso a uma educação de qualidade, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Alega que o papel do MEC é ter uma visão sistêmica que abranja toda as etapas da educação, e que este alinhamento é essencial para alcançar objetivos de reduzir desigualdades e ampliar horizontes para todos os brasileiros. Agradeceu, de forma especial, a atuação do CNE na definição das novas diretrizes sobre as licenciaturas e para a uniformização do entendimento da autorização e ampliação de número de vagas em cursos superiores de Medicina, seguindo o entendimento do MEC e do Supremo Tribunal Federal – STF na decisão dos primeiros recursos sobre o tema. Enfatizou, com a presença dos Secretários e do Procurador do MEC já apresentados, o complemento de ações de uma estratégia construída ao longo dos últimos dois anos na Educação Básica brasileira que é o Programa Mais Professores. Salientou que, ao aceitar liderar a área educacional, sabia que o



**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

ATA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho do Conselho Pleno

grande desafio do Brasil passa pela Educação Básica, e se baseia em três indicadores, sendo: 1) cerca de um terço da população brasileira não terminou a Educação Básica; 2) evasão escolar; e 3) apenas trinta e seis por cento das crianças são alfabetizadas na idade correta. Salientou as desigualdades que existem entre o ponto de vista de raça, etnia, e entre pobres e ricos com acesso à educação brasileira. Argumentou acreditar que não se constrói nenhuma política pública sem dialogar com os entes federados, uma vez que são os estados e municípios os responsáveis pela Educação Básica. Destacou a Política de Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, fruto de várias mãos, que surtiu efeito na Educação, principalmente no Ensino Fundamental, visto que a não alfabetização na idade correta pode causar enormes prejuízos ao estudante ao longo de sua vida escolar. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com alfabetizadores para construir indicadores que permitam avaliar se a criança foi alfabetizada na idade certa, buscando uma padronização nacional. Criou-se uma rede de alfabetizadores, repasse de recursos para a aquisição de materiais pedagógicos, o Cantinho da Leitura, que permite o contato das crianças com a leitura, com adesão de todos os estados e praticamente todos os municípios. Salientou que a pactuação do Ensino Fundamental (gerido pelos Municípios) com o Ensino Médio (gerido pelos Estados), é fundamental para, por meio do acesso, garantir a permanência e a qualidade na aprendizagem, com equidade e inclusão, e que essas ações deveriam ser políticas de Estado e não de Governo para que, independentemente de questões partidárias ou políticas, a educação sobressaia e as ações possam ter continuidade. A Escola de Tempo Integral, com projeto de lei aprovado no Congresso Nacional, favorece o bom desenvolvimento da educação e o cumprimento da lei, com a inclusão de esportes e o ensino técnico profissionalizante. Contextualizou o programa dos cem novos Institutos Federais e o Juros por Educação, nos quais os estados que possuem dívidas com a União terão os juros dessas dívidas reduzidas com a contrapartida de investirem em educação, a partir da criação de um fundo, em que todos os Estados e o Distrito Federal serão beneficiados, bem como a inclusão da educação no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com a construção de escolas de tempo integral, parques e creches serão financiados por este programa. Neste contexto, o programa de conectividade garante o fim da desigualdade de acesso à *internet* existente, sobretudo do bom uso das tecnologias para a educação. Apresentou o balanço de um ano do Programa Pé-de-Meia, que auxiliou os estudantes, incentivando a continuidade dos estudos e o retorno à sala de aula. Pontuou que o Programa Mais Professores é uma fundamental ferramenta para garantir acesso, permanência e qualidade nas escolas da Educação Básica, onde mais de sessenta por cento da qualidade da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental e mais de quarenta por cento no Ensino Médio depende do professor. Para tanto, pretende-se uniformizar o processo de seleção dos professores, garantindo a qualidade e equidade dos profissionais. Avaliou que as alterações das diretrizes dos cursos superiores de licenciatura garantem a qualidade na formação dos futuros professores, como a possibilidade de estágio no primeiro ano do curso e a oferta de uma bolsa para incentivá-los no decorrer do curso. Informou que existe uma deficiência em áreas específicas da formação de professores e que algumas regiões do país carecem de educadores, e que visa estimular os profissionais que já estão na rede a se especializar em outras áreas, bem como oferecer seus serviços em outras regiões necessitadas. Pontuou que, nesse sentido, o MEC elaborou o portal do Mais Professor, que



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

ATA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho do Conselho Pleno

oferece cursos de graduação, pós-graduação e aperfeiçoamento para ofertar ao professor a formação continuada, com o intuito de, entre outras formas, criar uma cultura de reconhecimento e valorização do papel desse profissional, como a entrega de computadores para professores da rede básica de educação, a criação da Carteira Nacional do Professor que concederá descontos em hotéis, benefícios bancários, entre outras ações de valorização, que são metas para facilitar a melhoria da qualidade da educação no país, como a utilização adequada de celulares para fins pedagógicos, e sugeriu que o CNE elabore, a partir das orientações do MEC, regulamentação sobre esse assunto. Lembrou da uniformização da oferta de vagas para o curso superior de Medicina, no sentido de que o MEC assuma o protagonismo nesta situação em face às judicializações promovidas por instituições de ensino que visam ofertar esse curso, de forma a acompanhar e garantir a oferta da qualidade dos cursos superiores de forma geral. Destacou os temas prioritários para este ano de dois mil e vinte e cinco, como os parâmetros nacionais para oferta dos itinerários formativos do Ensino Médio, a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, e congratulou ao CNE pelo trabalho desenvolvido até aqui. Afirmou ter alta expectativa com o início do Programa Juros por Educação, uma vez que visa ter um alto desempenho na melhoria da qualidade da educação nos próximos cinco anos. Defendeu que a consolidação da diretriz de qualidade para a Educação Infantil é fundamental para garantir um começo de vida justo e promissor para as crianças brasileiras, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância – EaD. O Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, reiterou seu compromisso com a inclusão, a diversidade e a sustentabilidade como pilares fundamentais das ações do MEC e encerrou sua fala agradecendo a dedicação de cada Conselheiro, reforçando que o MEC está de portas abertas para o diálogo, a cooperação e a troca de ideias, e entregou as pautas construídas pelas Coordenações e Secretarias do MEC consideradas prioritárias para o ano de dois mil e vinte e cinco. O Presidente do CNE agradeceu a presença e a fala do Ministro de Estado de Educação, Camilo Sobreira de Santana, e argumentou que o CNE sempre se preocupou com as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, bem como a formação continuada dos professores, que são temas abarcados pelo Programa Criança Alfabetizada, que visa, entre outros temas, a formação em serviço dos professores. De igual maneira, atualizou os presentes que a comissão que trata da Educação Integral já está ativa. Acerca do Ensino Médio, o CNE ofereceu à sociedade e aos sistemas de ensino as novas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, agradecendo à Conselheira Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt por ter cedido o senhor Christy Ganzert Gomes Pato, que será o Secretário-Executivo do CNE. Arguiu que o CNE está em vias de publicar as diretrizes dos parâmetros dos itinerários formativos, que enseja rigoroso trabalho de consulta aos entes para sua elaboração, da mesma forma que labora questões acerca das diretrizes das licenciaturas. Sobre o marco regulatório da Educação a Distância – EaD, o Presidente do CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, comentou que terá uma repercussão no processo de revisão de várias das diretrizes já aprovadas por este Colegiado, e que existe uma comissão bicameral que trata da Inteligência Artificial – IA para promover uma reflexão permanente, profunda e participativa acerca do uso das novas tecnologias na educação com uma visão prospectiva. Observou sobre o envolvimento de universidades, centros universitários e



**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

ATA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2025
Sessão Ordinária de Trabalho do Conselho Pleno

institutos federais na educação técnica e profissional, por meio do uso de seus laboratórios e professores. Sobre o uso de celulares nas escolas, discorreu que é preocupação do CNE em bem orientar a sociedade educacional para que favoreça o ensino de qualidade, de forma a organizar os recursos tecnológicos para cada fase da educação. Atualizou os presentes que o Colegiado constituirá uma comissão bicameral para tratar do Plano Nacional de Educação – PNE, tratou da Educação Infantil, que é a Política da Primeira Infância, construída com a participação de vários Ministérios e da Casa Civil, indicando que o MEC assuma a liderança dessa ação. Informou que o CNE, no que se refere à Educação Básica e à Educação Superior, tem o cuidado de pensar em diretrizes que sejam gerais e considerem as diferentes modalidades da Educação Básica, e que o CNE pode criar debates e consultas acerca de temas que não são inerentes ao CNE. Por fim, passou a palavra aos que gostariam de se manifestar. Os Conselheiros Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Otavio Luiz Rodrigues Jr., e, na condição de Secretários, os senhores Marcelo Bregagnoli, Zara Figueiredo Tripodi, Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Marta Wendel Abramo, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Leonardo Osvaldo Barchini Rosa e o Procurador Rodolfo de Carvalho Cabral teceram considerações, cumprimentaram e agradeceram o proveitoso trabalho exercido pelo MEC e pelo CNE. Com a palavra, o Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, agradeceu a todos, bem como a presença da Secretária-Executiva Substituta Patricia Fernanda Lapa Lobo Nogueira e o Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, o senhor Christy Ganzert Gomes Pato, e findou sua fala tratando da importância de construir uma relação integradora entre o MEC e o CNE. Com a palavra, o Presidente do CNE, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari, agradeceu novamente a presença de todos e convidou o Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, para que participe e abra os trabalhos a cada início de ano das Reuniões do CP, e também convidou os presentes a registrar o momento com uma foto. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às doze horas, e para constar, eu, Luciana Pereira Gomes Borges de Oliveira, lavrei esta ata, que uma vez aprovada, será assinada eletronicamente por mim e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Antonio Cesar Russi Callegari. Brasília, vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco.